

CONTABILIDADE

- 01- O procedimento de segregar o patrimônio da empresa avaliada do patrimônio de seus sócios está fundamentado no conceito da
- entidade
 - identidade
 - prudência
 - materialidade
 - relatividade
- 02- Em economias nas quais a flutuação de preços ocorra de forma constante, o critério de apreçamento de estoques que resultará em valores de estoque final mais próximos dos preços praticados no mercado é:
- Último que entra primeiro que sai
 - Média ponderada móvel
 - Média ponderada fixa
 - Primeiro que entra último que sai
 - Primeiro que entra primeiro que sai
- 03- Os juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamentos para a construção de bens imobilizados, são:
- Registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem
 - Levados ao resultado do exercício no período em que forem pagos ou provisionados de acordo com a competência de exercício
 - Inscritos em uma conta do Diferido e levados ao resultado do exercício de acordo com a taxa de retorno esperada
 - Computados como despesas financeiras no período em que ocorrer o seu efetivo pagamento
 - Computados em conta específica do grupo Resultado de Exercícios Futuros e apropriados ao resultado em até 5 anos
- 04- Comparando-se o conceito do Ativo Permanente Diferido com o das Despesas Antecipadas, pode-se dizer que
- O Diferido é formado por despesas já incorridas e não pagas que afetam exclusivamente o Passivo Circulante
 - As Despesas Antecipadas são formadas por despesas incorridas e não pagas que afetam o Passivo Circulante e o Exigível de Longo Prazo
 - As Despesas Antecipadas registram despesas pagas e não incorridas e o Diferido é formado por despesas já incorridas
 - As Despesas Antecipadas alteram o Resultado Não-Operacional e o Diferido o Resultado Operacional
 - O Diferido afeta os resultados do exercício através de amortizações baseadas em estimativas e as Despesas Antecipadas quando são pagas
- 05- Quando uma companhia aberta opta por reverter as reavaliações anteriormente registradas retornando ao critério do custo corrigido, este procedimento deve ser:
- Autorizado pelas empresas do conglomerado
 - Aprovado pela Assembléia Geral de acionistas
 - Registrado apenas pelas empresas controladoras
 - Inscrito como Resultado de Exercícios Futuros
 - Recomendado como obrigatório para as suas coligadas

06- Se o critério de avaliação dos ativos é o custo histórico corrigido, os valores inscritos nas contas de Caixa e Bancos c/ Movimento:

- a) não são considerados itens relevantes
- b) são ajustados pela média do último trimestre
- c) sofrem correção pelo índice cheio do período
- d) são tratados como itens não monetários
- e) já estão computados em moeda de final de período

07- Assinale a opção correta.

- a) A Reavaliação dos Ativos tem como base técnica a atualização monetária do custo histórico.
- b) Apenas nas companhias abertas é que o processo de Reavaliação pode ser feito em todos os elementos do ativo.
- c) No Brasil o processo de Reavaliação dos Ativos é obrigatório para todos os tipos de sociedades, incidindo sobre todos os Ativos Permanentes.
- d) No processo de Reavaliação dos Ativos, o laudo de avaliação deve conter, entre outros elementos, a vida útil remanescente do bem avaliado.
- e) Se a Participação Societária for relevante, torna-se facultativo à investidora reconhecer os efeitos da Reavaliação efetuada pela investida.

08- Na avaliação dos Ativos a valores de saída, os conceitos utilizados são:

- a) custo líquido de realização e custo histórico corrigido
- b) custo de reposição e valor do custo histórico corrigido
- c) valor corrente corrigido e valor de reavaliação
- d) valor de reposição e fluxo de caixa descontado
- e) valor de realização e fluxo de caixa descontado

Responder as questões de nºs 09 a 12, tomando por base unicamente:

- os dados contidos nas Demonstrações Contábeis indicadas,
- as informações complementares, e
- os enunciados fornecidos em cada uma das questões solicitadas.

I - Demonstrações Contábeis Indicadas

- Balanços Patrimoniais em 31.12.19x9:

ATIVO	CIA. A	CIA. B	CIA. C
Disponibilidade	5.000	14.000	8.000
Clientes	20.000	26.000	28.000
Estoques	30.000	12.000	19.000
Valores a Receber Inter-companhias	20.000	6.000	—
Participações Societárias:			
Cia. B	24.800	—	—
Cia. C	30.000	—	—
Outras empresas	—	—	2.000
Bens não de Uso	16.000	—	—
Imobilizado	24.200	22.000	28.000
Gastos Pré-operacionais	—	—	15.000
Total do Ativo	170.000	80.000	100.000
PASSIVO			
Fornecedores	20.000	20.000	14.000
Valores Provisionados	8.000	4.000	9.000
Empréstimos Inter-companhias	6.000	—	20.000
Financiamentos de Longo Prazo	16.000	25.000	7.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	100.000	25.000	30.000
Reservas	5.000	4.000	6.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	15.000	2.000	14.000
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	170.000	80.000	100.000

- Demonstrações do Resultado do Exercício, findo em 31.12.19x9:

	CIA. A	CIA. B	CIA. C
1- Vendas	600.000	300.000	280.000
2- (-) CMV	(371.000)	(200.000)	(182.000)
3- Resultado Bruto Operacional	229.000	100.000	98.000
4- (-) Despesas Operacionais	(211.000)	(97.300)	(84.500)
5- Resultado do Exer-			

cício antes do IR	18.000	2.700	13.500
6- (-) Provisão p/ IR	(6.000)	(900)	(4.500)
7- Resultado Líquido do Exercício	12.000	1.800	9.000

II – As informações complementares:

- Os Valores a Receber Intercompanhias registram empréstimos efetuados entre as empresas do grupo;
- As receitas da CIA. B são obtidas unicamente com operações de venda de estoques realizadas com a CIA. A.

09- Comparando os valores inscritos no Patrimônio Líquido das Cias. B e C e o valor dos Investimentos Permanentes da Cia. A, pode-se dizer que:

- A Cia. B é uma empresa controlada da Cia. A e a Cia. C é apenas uma coligada, logo esse investimento deve ser avaliado pelo custo histórico
- As participações societárias da Cia. A não são relevantes devendo ser avaliadas pelo valor de mercado das ações
- A Cia. C é uma empresa controlada da Cia. A e a avaliação do Permanente deve ser feita pelo custo corrente
- A Cia. B é uma empresa coligada da Cia. A e a avaliação dessa participação societária deve ser feita pela equivalência patrimonial
- As Participações Societárias da Cia. A são relevantes e devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

10- Considerando que os estoques vendidos pela Cia. B, para a investidora, foram integralmente revendidos para terceiros, o valor da receita de vendas consolidada desse grupo de empresas é:

- 580.000
- 600.000
- 680.000
- 880.000
- 900.000

11- Observado isoladamente o valor do Passivo Exigível de Longo Prazo da Cia. C é

- 50.000
- 43.000

- c) 27.000
- d) 23.000
- e) 7.000

12- Com base nos dados fornecidos o valor das Participações Minoritárias em cada uma das empresas investidas é:

	<u>Cia. B</u>	<u>Cia. C</u>
a)	6.200	20.000
b)	6.200	12.200
c)	7.200	12.200
d)	12.000	5.200
e)	20.000	6.200

13- Na elaboração do fluxo financeiro de uma empresa, o valor das despesas provisionadas constantes da demonstração de resultado:

- a) Afetam o fluxo de caixa quando registradas no passivo de longo prazo e no permanente
- b) Representam origens de recursos quando registradas fora dos resultados de exercício
- c) São consideradas como aplicações de recursos se registradas no Imobilizado e Diferido
- d) Não interferem na composição do fluxo de caixa por não representarem desembolsos
- e) Representam aumento dos investimentos não-operacionais afetando diretamente o Fluxo dos Caixas

Rascunho

Responder à questão 14 tomando por base apenas os dados a seguir:

I - Em 31.12.19x9 as Demonstrações do Resultado do Exercício das empresas Sol e Aurora eram as seguintes:

	Cia. Sol	Cia. Aurora
Vendas no período	5.000.000	4.000.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(3.200.000)</u>	<u>(3.000.000)</u>
Resultado Bruto Operacional	1.800.000	1.000.000

II - Informações complementares:

- A Cia. Sol adquiriu 60% do capital total da Cia. Aurora por \$ 24.000.000;
- A investidora era o único cliente da Cia. Aurora;
- Todas as vendas da Cia. Sol foram realizadas com terceiros;
- Ao final de 19x9 o Patrimônio Líquido da investida era de \$ 45.000.000.

14- Ao final do período identifica-se nos estoques da Cia. Sol um

- a) prejuízo não realizado de 200.000
- b) saldo contábil de 600.000
- c) lucro não realizado de 200.000
- d) lucro efetivo de 1.000.000
- e) prejuízo real de 800.000

15- Nas operações de incorporação ou fusão de empresas, os credores dessas empresas poderão:

- a) pleitear judicialmente a anulação da operação em até 60 dias depois de publicados os atos relativos a essas operações, desde que os mesmos sejam prejudicados em seus direitos

- b) anular a operação durante a Assembléia Geral Ordinária, convocada para aprovação do protocolo da operação, desde que ocorra aumento do risco de recebimento de seus créditos
- c) pedir judicialmente o cancelamento da operação 15 dias após a Assembléia Geral que aprovar o protocolo da operação, desde que comprovem prejuízo de recebimento de seus créditos
- d) na Assembléia Geral Ordinária, que tratar da aprovação do protocolo da operação, votar pela anulação da operação desde que comprovem a manipulação de dados em prejuízo do acionista minoritário
- e) anular a operação após 90 dias da Assembléia Geral Extraordinária, que aprovar o protocolo da operação, desde que comprovem aumento de dificuldades no recebimento de seus créditos

16- A variação do Capital Circulante Líquido é evidenciada na demonstração da(s)

- a) Mutações do Patrimônio Líquido
- b) Origens e Aplicações de Recursos
- c) Flutuações dos Valores Circulantes
- d) Geração do Caixa Operacional
- e) Flutuações dos Valores Não-Circulantes

17- A divulgação em Notas Explicativas relativa aos Instrumentos Financeiros deve ser feita

- a) apenas quando tais instrumentos corresponderem a direitos contratuais recebíveis em moeda corrente
- b) por companhias abertas que possuam tais instrumentos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo em seu Balanço Patrimonial
- c) por sociedades anônimas, indicando o histórico da operação que deu origem a esse evento, quando ajustados ao valor de mercado
- d) somente pelas empresas arrendatárias se estas reconhecerem tais contratos em itens do Balanço Patrimonial e os mesmos alterarem seus resultados
- e) quando tratar-se de títulos restritos a representatividade de participação no patrimônio de outra entidade ou impliquem variação das disponibilidades

AUDITORIA

- 18- A NBC-P-1 Normas Profissionais de Auditor Independente prevê algumas hipóteses de conflito de interesses que, se ocorrerem no período a que se refere a auditoria ou durante a execução dos serviços, em relação à entidade auditada, o auditor deve recusar o trabalho de auditoria independente de demonstrações contábeis. Assinale a opção que não é prevista na citada norma.
- Participação direta ou indireta como acionista ou sócio.
 - Fixados honorários incompatíveis com a natureza do trabalho contratado.
 - Vínculo de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau.
 - Relação de trabalho como empregado nos cinco últimos anos.
 - Função incompatível com a atividade de auditoria independente.
- 19- O documento emitido pelos administradores da entidade auditada e endereçado ao auditor independente, confirmando as informações e dados fornecidos ao auditor, as bases de preparação, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis submetidas à auditoria, denomina-se:
- Confirmação de Partes Relacionadas
 - Circularização de Partes Relacionadas
 - Carta de Responsabilidade da Administração
 - Carta de Proposta de Auditoria
 - Carta de Resposta da Administração
- 20- De acordo com a Instrução CVM nº 308/99, a rotatividade na prestação de serviços de auditoria de demonstrações contábeis para a mesma entidade realizada por auditor independente deve ocorrer, no máximo, a cada:
- três anos consecutivos, com intervalo mínimo de cinco anos para a sua recontração
 - cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
 - três anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração
 - quatro anos consecutivos, com intervalo mínimo de dois anos para a sua recontração
 - cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para a sua recontração
- 21- Nos trabalhos de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR) das Companhias Abertas, o auditor independente não realizou procedimentos de confirmação junto aos consultores legais, mas somente indagou aos administradores da companhia quanto à existência de litígios que poderiam representar ativos ou passivos contingentes. Assinale a opção correta, de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Contadores - Ibracon.
- As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma "positiva", a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
 - A obtenção de confirmações de consultores legais deve ser obtida a cada revisão trimestral das ITRs, de acordo com expressa previsão das normas do Ibracon.
 - A obtenção de confirmações de consultores legais não está contemplada nas normas do Ibracon como procedimento básico de auditoria por ser adotado na revisão das ITRs.
 - As confirmações de consultores legais devem ser obtidas na forma "negativa", a cada revisão trimestral das ITRs, conforme previsto nas normas do Ibracon.
 - O relatório do auditor independente sobre a revisão especial das ITRs, nesse caso, deve ser emitido com ressalva de limitação na extensão dos trabalhos.
- 22- As verificações da existência de limites de autoridades e responsabilidades definidos, de segregação de funções, de limites de acesso físico a ativos e registros contábeis, são alguns procedimentos aplicados pelo auditor independente de demonstrações contábeis com a finalidade principal de
- avaliar o ambiente de controle
 - determinar o risco de detecção
 - elaborar relatório de recomendações
 - emitir relatório de revisão das ITRs
 - identificar partes relacionadas

23- A NBC-T-11 Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis denomina o procedimento técnico básico de exame de registros, documentos e ativos de:

- a) Investigação e Confirmação
- b) Observação
- c) Inspeção
- d) Cálculo
- e) Revisão Analítica

24- Assinale a opção falsa.

- a) O auditor poderá expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, desde que tenha emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais.
- b) Sempre que o nome do auditor estiver associado com demonstrações contábeis que ele não auditou, estas devem ser claramente identificadas como “não auditadas”, em cada folha do conjunto.
- c) O auditor independente deve incluir no seu parecer informações consideradas relevantes para adequada interpretação das demonstrações contábeis, ainda que já divulgadas pela entidade.
- d) Se outro auditor independente emitir parecer sobre as demonstrações contábeis de controlada relevante, o auditor independente da controladora deve destacar esse fato no seu parecer.
- e) A abstenção de opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante constatado.

25- Um auditor foi contratado para opinar somente sobre o balanço patrimonial e não sobre as demais demonstrações contábeis. A entidade auditada não impôs nenhuma restrição de acesso às informações, registros e dados contábeis. Todos os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias foram possíveis. Nesta situação,

- a) caracteriza-se uma limitação na extensão dos trabalhos

- b) configura-se somente um trabalho de auditoria de objetivo limitado
- c) o auditor deve recusar o trabalho, seguindo o Código de Ética do Contabilista
- d) o auditor pode aceitar o trabalho, desde que emita parecer com ressalva
- e) o relatório do auditor será emitido na denominada “forma longa”

DIREITO SOCIETÁRIO E ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

26- A companhia é tipo de contrato que, diversamente de outros, tem como principal característica

- a) a possibilidade de alteração das bases do negócio por maioria de interessados
- b) a correspectividade das prestações pecuniárias dos membros
- c) a personificação
- d) *ser intuitu personae*
- e) a estrutura complexa

27- A administração das companhias e sociedades limitadas se confunde por:

- a) adotarem a forma dual de administração
- b) comportarem a delegação estatutária e contratual na forma auto-organicista de administração
- c) comportarem delegação estatutária e contratual na forma hetero-organicista de administração
- d) caber aos administradores o exercício de poderes originários
- e) terem os sócios o monopólio da administração

28- Nas companhias abertas, os administradores devem, prioritariamente,

- a) administrar a empresa visando aumento dos lucros para distribuição ou capitalização
- b) evitar danos ambientais mesmo em detrimento dos resultados
- c) reduzir o capital exuberante mediante o cancelamento das ações que confirmam aos titulares maiores participações nos resultados

- d) garantir e aumentar a oferta de empregos no local em que esteja a sede social
- e) manter em funcionamento unidades industriais em áreas urbanas

29- A função das opções de compra de ações é:

- a) facilitar a emissão de novas ações
- b) dar liquidez às ações em circulação pelo aumento da oferta
- c) premiar investidores
- d) estimular empregados a agir em benefício da sociedade
- e) justificar a criação de sociedades de capital autorizado

30- A redução das hipóteses de exercício do direito de recesso reflete o reconhecimento de

- a) que a maioria detém o poder nas companhias
- b) que o interesse social se confunde com o da maioria
- c) que a maioria oprime a minoria de forma absoluta
- d) alteração da estrutura da organização societária
- e) que o recesso é opção de política legislativa

31- Embora o direito brasileiro, em princípio, não admita contratos de uma só pessoa, a subsidiária integral, sociedade unipessoal, foi introduzida no sistema societário para

- a) dispensar a realização de assembleias gerais, pois só há um acionista
- b) facilitar a separação patrimonial criando diferentes centros de imputação
- c) dar mais agilidade à administração de diferentes patrimônios
- d) criar patrimônios autônomos e independentes
- e) seguir a tendência mundial

32- O direito de recesso, forma de declaração unilateral de vontade, é concebido para

- a) definir forma de manifestação especial dos acionistas titulares de ações ordinárias

- b) tutelar as minorias descontentes com o resultado das decisões assembleares
- c) facilitar a tomada de deliberações societárias por maioria
- d) facilitar a circulação de ações
- e) promover a rescisão unilateral do vínculo associativo

33- A qualificação jurídica de valor mobiliário, no plano dos documentos, os considera como:

- a) abstratos e representativos de direitos
- b) atípicos e causais
- c) indicativos da titularidade de segundo grau sobre os bens sociais
- d) cambiariformes quanto ao sistema de circulação
- e) representativos de participação em risco

34- A relação entre risco e retorno aplicada às ações emitidas por companhias em que o estatuto preveja a divisão do lucro igualmente entre ações ordinárias e preferenciais faz com que o (a)

- a) risco das ordinárias seja superior ao das preferenciais
- b) risco de ambas seja idêntico
- c) risco das preferenciais seja maior do que o das ordinárias
- d) relação entre lucro e dividendos seja indiferente para qualquer acionista
- e) relação seja não relevante na decisão de investir

35- O processo de globalização da economia provoca o seguinte fenômeno:

- a) reduz a volatilidade do preço dos valores mobiliários negociados nas Bolsas
- b) as demonstrações financeiras tendem a se uniformizar
- c) a multiplicidade de bolsas nos diferentes países é a regra
- d) reduz a correlação entre resultados com operações nas bolsas de New York e São Paulo
- e) a concentração de negócios com poucas ações diminui

- 36- Legitimação e titularidade são conceitos que indicam posição jurídica em que há
- a) exercício e poder de disposição do direito
 - b) poder absoluto de disposição do direito
 - c) poder absoluto de exercício do direito
 - d) exercício sem poder de disposição do direito
 - e) poder de disposição do direito sem seu exercício
- 37- A publicação de balanços auditados que recai sobre as companhias abertas contribui para:
- a) criar instrumentos decisórios no que concerne a investimentos sociais
 - b) transmitir, de forma numérica, o processo administrativo
 - c) permitir questionar a ação administrativa em curso
 - d) reduzir a assimetria informacional e avaliar a ação administrativa
 - e) impulsionar setores da economia pela comparação entre resultados de companhias que operam no mesmo mercado
- 38- As corretoras e distribuidoras de valores mobiliários, ao agirem no mercado,
- a) representam interesses de clientes e por isso não têm responsabilidade pela liquidação da operação
 - b) representam carteiras próprias e por isso respondem pela liquidação da operação
 - c) devem explicar aos demais operadores por que vendem ou compram determinados valores mobiliários
 - d) devem comunicar à Bolsa, ao Banco Central e ao mercado, em nome de quem operam para elidir responsabilidades
 - e) funcionam como comissários mercantis, respondendo pelas declarações que fizerem
- 39- Compete à Comissão de Valores Mobiliários fiscalizar a emissão de
- a) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado de balcão
 - b) todos e quaisquer títulos emitidos por companhias abertas para negociação no mercado
 - c) títulos admitidos à negociação nos mercados de bolsa ou balcão
 - d) títulos emitidos por sociedades ligadas ao Sistema Financeiro Nacional
 - e) ações e debêntures emitidas por companhias
- 40- As operações contratadas em bolsa de valores facilitam a (o)
- a) transferência de riscos
 - b) fungibilidade de sócios
 - c) contratação a termo
 - d) cancelamento da execução de operações contratadas
 - e) captação de recursos nos mercados a termo
- 41- A emissão de valores mobiliários em oferta pública deve ser aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários a quem cabe analisar a
- a) necessidade dos recursos visados pela companhia emitente
 - b) posterior aplicação dos recursos nos projetos submetidos àquela Comissão
 - c) veracidade das informações prestadas ao mercado
 - d) forma pela qual as informações são absorvidas pelo mercado
 - e) capacidade dos administradores responsáveis pela emissão
- 42- Denomina-se operação no mercado primário
- a) aquela que reflete a cessão de ações entre acionistas da mesma companhia para seu fechamento.
 - b) a emissão de ações em virtude de aumento de capital.

- c) a negociação de opções de compra de ações das companhias de capital autorizado entregues a seus empregados como prêmio.
 - d) a emissão de ações para aumento de capital por incorporação de lucros.
 - e) a cessão de debêntures entre instituições financeiras.
- 43- A presença de especuladores nos mercados de Bolsa
- a) deve ser coibida como maléfica
 - b) resulta de lacuna legal e não pode ser evitada
 - c) é inibida pelas normas que impõem o dever de informar
 - d) é importante por gerar liquidez nos mercados
 - e) é objeto de regras desenhadas pelas Bolsas no exercício de seu poder regulamentar
- 44- O mercado primário de valores mobiliários destina-se a
- a) facilitar a captação de recursos para o funcionamento da sociedade
 - b) facilitar a formação de preço das ações
 - c) garantir a liquidez de valores mobiliários
 - d) facilitar a concentração de posições acionárias
 - e) facilitar a avaliação da gestão administrativa
- 45- A exigência de divulgação de informações para o mercado é
- a) resultado da influência do sistema norte-americano
 - b) exigência de investidores
 - c) fundamental para a eficiência dos mercados
 - d) prática administrativa que foi recepcionada pelo legislador
 - e) forma de limitar a responsabilidade de administradores e controladores

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

- 46- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição estabelece que apenas as pessoas jurídicas de direito público assumem, perante terceiros, responsabilidade objetiva pelos danos que lhes causarem.
- b) Os danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público, quando não estejam atuando nessa qualidade, não induzem a responsabilidade civil do Estado.
- c) Os danos ressarcidos pelo Estado, por conta da sua responsabilidade civil, somente podem ser cobrados do agente que os causou quando este houver se comportado dolosamente.
- d) Somente o dano causado ao particular por ato ilícito de agente da Administração Pública pode gerar a responsabilidade civil do Estado.
- e) A Administração Pública responde civilmente por danos causados a terceiros por atos comissivos seus – não respondendo, entretanto, pelos prejuízos ligados a omissões da própria Administração.

- 47- Uma autoridade proibiu que João ingressasse em certa repartição pública, onde João pretendia tratar de assunto do seu interesse. De que garantia constitucional pode-se valer João para desafiar em juízo a ordem que lhe parece injusta?

- a) Mandado de segurança
- b) Mandado de injunção
- c) *Habeas data*
- d) *Habeas corpus*
- e) Ação popular

Nas questões 48 a 51, assinale a opção correta.

- 48- a) O direito de reunião somente pode ser exercido depois de obtida autorização da autoridade administrativa competente.
- b) Em caso nenhum a polícia pode entrar na casa de alguém sem o seu consentimento ou sem mandado judicial.
- c) Tanto no processo penal, como também no processo cível ou administrativo são inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) A expressão pública de opiniões sobre outras pessoas, mesmo que ofensiva e degradante, nunca constitui ato ilícito, uma vez que a Constituição proíbe a censura.

e) Somente o juiz e o membro do Ministério Público têm competência para decretar a prisão de indivíduos, que tenha por finalidade assegurar o andamento do processo penal.

- 49- a) Emenda à Constituição é o instrumento normativo apto para livremente modificar qualquer norma da Constituição Federal.
- b) Cláusulas pétreas são normas constantes da Constituição que somente podem ser alteradas por 3/5 dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação em cada qual.
- c) As leis complementares são votadas pelo Congresso Nacional com os mesmos requisitos formais exigidos para a elaboração de uma Emenda à Constituição.
- d) Medidas provisórias podem ser editadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, por expressa delegação do Presidente da República, para tratamento de assunto afeto à competência do Judiciário.
- e) O Congresso Nacional tem competência para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

50- a) O Senado é composto por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.

- b) Todas as deliberações do Congresso Nacional submetem-se à sanção ou ao veto do Presidente da República.
- c) O Presidente da República pode vetar a Emenda à Constituição que lhe parecer não ter cumprido requisitos de forma obrigatórios.
- d) O Tribunal de Contas da União tem competência para anular todo contrato que lhe pareça lesivo ao interesse público, em decisão insusceptível de revisão judiciária.
- e) Cabe ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal de Contas da União, julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

- 51- a) O Estado-membro pode instituir imposto sobre o patrimônio da União localizado no seu território.
- b) Os templos de qualquer culto estão imunes a toda espécie de impostos e de taxas.
- c) O patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos estão sujeitos a todo imposto de caráter geral.
- d) Certos impostos admitem que suas alíquotas sejam majoradas por ato do Poder Executivo.
- e) Por meio de lei ordinária, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir outros tributos não previstos na Constituição Federal, desde que não sejam cumulativos.

ADMINISTRATIVO

52- A Administração Pública, a que o legislador constituinte de 1988 dedicou todo um Capítulo, ao tratar da organização do Estado, para submetê-la à observância necessária dos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade

- a) restringe-se ao Poder Executivo Federal.
- b) restringe-se aos Poderes Executivos Federal, Estaduais e Municipais.
- c) restringe-se aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário Federais.
- d) abrange órgãos e entidades dos Três Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.
- e) abrange órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias dos seus serviços públicos.

53- O ato administrativo, em sentido próprio, que goza da presunção de legalidade e tem o atributo da auto-executoriedade, é aquele praticado por

- a) qualquer agente da Administração Direta ou Indireta.
- b) autoridade competente de órgão público.
- c) qualquer autoridade da Administração Direta ou Indireta.
- d) autoridade dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública.
- e) autoridade competente ou dirigente de órgãos e entidades da Administração Pública, de suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviços públicos.

54- O mesmo ato, que demite um servidor público, pode ser expedido pela autoridade administrativa competente, com manifestação simultânea, predominantemente, dos seus poderes

- a) discricionário, regulamentar e disciplinar
- b) vinculado, discricionário e de polícia
- c) discricionário, regulamentar e de polícia
- d) vinculado, hierárquico e disciplinar
- e) hierárquico, regulamentar e disciplinar

55- A diferença fundamental existente entre órgãos públicos e entidades da Administração Indireta Federal gira em torno de terem ou não

- a) autonomia administrativa
- b) personalidade jurídica
- c) poder de polícia
- d) sujeição ao controle externo
- e) sujeição ao princípio da legalidade

56- A Administração Pública deve anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque tais atos só podem ser anulados mediante decisão judicial.
- c) Incorreta a assertiva, porque a anulação e a revogação não precisam respeitar direitos adquiridos.

d) Incorreta a assertiva, porque a anulação depende dos motivos de conveniência e oportunidade.

e) Incorreta a assertiva, porque o vício de legalidade é que justifica a revogação do ato.

57- A proibição constitucional de acumular cargos, empregos e funções no setor público é compreendida como

- a) restrita ao âmbito da Administração Direta.
- b) restrita ao âmbito da União ou de cada um dos Estados.
- c) não alcançando os inativos nem os militares.
- d) abrangente de toda Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias de serviço público.
- e) abrangente de toda Administração Pública Direta e Indireta dos Três Poderes e nas diversas esferas de governo (federal, estaduais e municipais).

58- O controle externo da Administração Pública, como tal previsto na Constituição Federal, no que concerne às funções institucionais do Tribunal de Contas da União,

- a) não alcança os atos de admissão de pessoal do Poder Legislativo.
- b) não alcança os atos de admissão de pessoal nem o exame das tomadas de contas do Poder Legislativo.
- c) não alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Indireta.
- d) alcança os atos de aposentadoria e demissão do pessoal da Administração Pública Indireta.
- e) alcança os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

59- Sob a alegação de que não conhece a lei,

- a) os analfabetos estão isentos de cumpri-la.
- b) os deficientes físicos estão isentos de cumpri-la.
- c) qualquer pessoa pode escusar-se de cumpri-la.
- d) ninguém pode escusar-se de cumpri-la .
- e) quem provar o desconhecimento pode escusar-se de cumpri-la.

60- As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes e/ou representantes que nessa qualidade causem danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei, ressalvado o direito regressivo contra o respectivo responsável, se agiu com dolo ou culpa.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque só haverá responsabilidade civil se for comprovada culpa do agente e/ou representante.
- c) Incorreta a assertiva, porque em tais casos não cabe o direito de regresso contra o responsável, mesmo no caso de dolo ou culpa.
- d) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade civil da pessoa jurídica independe da circunstância de ter o seu agente ou responsável agido nessa condição.
- e) Incorreta a assertiva, porque as pessoas jurídicas de direito público não respondem civilmente pelos danos causados a terceiros por seus agentes ou representantes, mesmo no caso de culpa ou dolo.

FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

61- Quando um acionista exerce o seu direito de subscrição ele

- a) paga à companhia para receber títulos
- b) recebe parte dos lucros da companhia em títulos
- c) recebe dinheiro da companhia em troca de seus títulos
- d) recebe parte dos lucros da companhia em dinheiro
- e) vende as ações de uma companhia

62- No chamado *after market*, pregão eletrônico da Bovespa, são negociadas:

- a) todas as ações do Ibovespa
- b) somente as ações que tiveram negociação ao longo do dia no mercado normal
- c) somente as dez ações mais negociadas na Bovespa

- d) somente as ações que possuem opções de compra
- e) somente as cinco ações de maior peso no Ibovespa

63- Assinale, entre as afirmações abaixo, a opção incorreta quanto ao funcionamento dos mercados futuros e a termo.

- a) Os contratos futuros são padronizados, somente os preços são negociados.
- b) Os contratos a termo não são padronizados, praticamente tudo pode ser negociado.
- c) Os contratos a termo são mais líquidos que os futuros.
- d) A maioria dos contratos futuros é liquidada antes do vencimento.
- e) Os mercados a termo não têm mercado para liquidação antecipada.

64- O exercício de uma posição de opção de Compra ou de Venda gera uma operação:

- a) a Termo
- b) a Vista
- c) a Futuro
- d) opção de índice
- e) proteção

65- Sobre o funcionamento do mercado de opções sobre ações, assinale a assertiva incorreta.

- a) **Exercício de opções:** É a data de registro em pregão da conversão em ações, do direito de uma opção de compra.
- b) **Vencimento da opção:** É o dia em que se extingue o direito de uma opção.
- c) **Lançamento de opções:** Operação de Venda do direito que dá origem às opções de compra ou venda.
- d) **Opção coberta:** Quando a data de vencimento da opção coincide com o vencimento do índice de ações.
- e) **Séries de opções:** Opções do mesmo tipo, sobre a mesma ação-objeto, com o mesmo mês de vencimento e o mesmo preço de exercício.

66- A combinação das seguintes operações: compra de um lote de cem ações seguido de venda de um lote equivalente em opções de compra e

compra de uma opção de venda com um mesmo preço de exercício é equivalente a:

- a) uma operação de renda fixa, com juros prefixados
- b) uma operação de especulação pura
- c) venda de um contrato padrão de índices futuros
- d) compra de um contrato a termo
- e) compra de um contrato padrão de índices futuros

67- Uma operação de *hedge* no mercado futuro consiste em travar um resultado futuro para uma posição do mercado a vista de um ativo. Indique, entre as afirmações abaixo, aquela que está incorreta no que diz respeito aos riscos e às dificuldades associados com o *hedging*.

- a) Determinação da quantidade de contratos necessários ao *hedge*.
- b) Determinação se o melhor *hedge* é de compra ou de venda.
- c) Determinação do mês de vencimento do *hedge* mais adequado.
- d) Determinação da *commodity* cujo preço se correlaciona com o preço do ativo objeto do contrato futuro que se deseja *hedgear*.
- e) Determinação do valor do prêmio do *hedge*.

68- O lançador de uma opção de compra, quando tem a sua posição exercida, torna-se um

- a) comprador a vista
- b) comprador de uma opção de venda
- c) vendedor a vista
- d) vendedor de uma opção de venda
- e) comprador a termo

69- Uma posição coberta no mercado de opções é aquela

- a) na qual o titular possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- b) na qual o lançador possui os títulos objeto depositados e bloqueados em custódia
- c) na qual o titular possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia

- d) na qual o lançador possui garantias depositadas e bloqueadas em custódia
- e) em que o titular compra os títulos objeto do lançamento

70- Entre as afirmações abaixo, sobre o funcionamento dos mercados futuros e de opções, assinale a incorreta.

- a) O valor teórico de uma opção de compra está diretamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- b) O valor teórico de uma opção de venda está inversamente relacionado com o preço a vista da ação objeto.
- c) O valor de um índice futuro de ações no dia do vencimento é igual ao valor do índice a vista.
- d) Um contrato a termo é equivalente a um contrato futuro quando os prazos dos vencimentos são diferentes.
- e) O valor futuro de um índice de ações é equivalente ao preço base do índice acrescido da taxa de juros esperada para o período.

71- Entre os fatores abaixo, indique aquele que não afeta o preço de uma opção de compra e o de uma opção de venda.

- a) preço de mercado do ativo-objeto
- b) preço do exercício
- c) taxa de juros livre de risco
- d) volatilidade estimada do preço do ativo-objeto
- e) volatilidade do índice futuro de ações

72- Entre as afirmações abaixo, assinale a incorreta quanto ao funcionamento dos Mercados de Futuros, Opções e *Swaps*.

- a) Os contratos de *Swaps* podem ser negociados e registrados tanto nas Bolsas de Futuros como nos mercados de balcão.
- b) Os contratos de *Swaps* negociados nos mercados de balcão organizado não precisam de garantias nem contam garantia de liquidação.
- c) Os contratos de *Swaps* podem ser registrados nas Bolsas com ou sem garantias.
- d) Os contratos de futuros e de opções nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros são contratos padronizados e impessoais.

- e) Todos os contratos de Swaps registrados em Bolsas (com garantia ou sem garantia) têm sua liquidação assegurada.
- 73- Uma companhia cotada em bolsa de valores pagará um dividendo esse ano de R\$1,00 por ação. Há expectativa de uma taxa de crescimento estável para o lucro e o dividendo esperado dessa companhia para os próximos anos de 0,09 (9%), a taxa de retorno de um título de longo prazo sem risco é de 0,13 (13%) ao ano. Usando o modelo de precificação de Gordon, podemos afirmar que o valor para as ações dessa companhia, pela ótica dos investidores, será igual a:
- R\$ 27,25
 - R\$ 30,00
 - R\$ 25,00
 - R\$ 35,00
 - R\$ 40,00
- 74- As operações em bolsas de valores de compra seguida de uma venda (ou vice-versa) de um mesmo ativo (ação ou contrato futuro ou opção sobre uma ação), realizadas por intermédio de uma mesma corretora, em nome de um mesmo investidor, no mesmo dia (pregão) denomina-se operação:
- vinculada
 - a termo
 - casada
 - de *day trade*
 - travada
- 75- O mercado de capitais de um país A tem como característica possuir um mercado de derivativos mais eficiente que o mercado de derivativo de um outro país B; podemos, então, afirmar que:
- há mais especuladores no mercado do país B do que no mercado do país A
 - os mercados futuros e de opções do país A apresentam preços menores do que os de B
 - o nível geral de riscos do mercado de capitais de A é menor do que o de B
 - a corretagem no mercado de A é menor que a do mercado de B
- e) a volatilidade do mercado de A é menor que em B
- 76- Os modelos básicos de precificação de contratos futuros servem-se do conceito do custo de carregamento, que incluem o custo de oportunidade dos juros perdidos e o custo de armazenagem do ativo objeto do contrato. A utilização dessa modelagem pressupõe algumas premissas; indique qual das apontadas abaixo é incorreta:
- O mercado objeto do contrato é competitivo e eficiente.
 - Não há restrições a venda a descoberto do ativo objeto do contrato.
 - A alíquota de Imposto de Renda sobre os ganhos de capital deve ser de 10%.
 - Todos os ativos são divisíveis.
 - Na data do vencimento do contrato, o preço do contrato futuro e o preço a vista são idênticos.
- 77- Indique, nas opções abaixo, aquela que significa o prêmio no mercado de opções de compra.
- Valor que o lançador paga ao titular para vender a opção de compra.
 - Valor que o lançador recebe do titular para exercer a opção de compra.
 - Valor que o lançador paga ao titular para comprar a opção de compra.
 - Valor que o lançador recebe do titular para vender a opção de compra.
 - Valor que o lançador deposita em uma bolsa de valores como garantia a uma operação de compra de opções.
- 78- Se um investidor deseja construir uma carteira de ações agressiva em comparação com o Índice de Bolsa em termos de risco, ele deve comprar ações cujo β seja:
- maior que 1
 - menor que 1
 - maior que zero e menor que 0,5
 - igual a zero
 - maior que 0,5 e menor que 1

79- O Índice de ações americano representativo de companhias da chamada “nova economia” é o:

- a) SP 500
- b) *Dow Jones*
- c) DJ 100
- d) *Nikkei*
- e) *Nasdaq*

80- O contrato futuro de Ibovespa ao longo de uma semana oscilou nos preços de fechamento e registro, da seguinte forma:

segunda-feira: 1.500 pontos;
terça-feira: -1.500 pontos;
quarta-feira: 2.000 pontos;
quinta-feira: 3.500 pontos;
sexta-feira: -5.500 pontos.

Sabendo que o preço de fechamento do Índice para efeito de registro na BM&F na sexta-feira da semana anterior foi de 18.000, ao término da semana em curso, podemos afirmar que, para as posições que foram mantidas entre os fechamentos das duas sextas-feiras:

- a) os comprados em Índice Bovespa futuro ganharam na semana 1.500 pontos
- b) os vendidos em Índice Bovespa futuro perderam na semana 3.500 pontos
- c) o saldo final ao longo da semana das chamadas de margens foi nulo entre comprados e vendidos
- d) no fechamento de quarta-feira os vendidos estavam ganhando 2.000 pontos
- e) os comprados perderam 3.500 pontos na quinta-feira